

“Nosso mais valioso recurso”: mensurando o impacto dos programas de intercâmbio estadunidenses sobre o comportamento internacional de outros Estados



“Our most valuable asset”: measuring the impact of US exchange programs on the international behavior of other states

“Nuestro más valioso recurso”: midiendo el impacto de los programas de intercambio estadounidenses sobre el comportamiento internacional de otros estados

Douglas Novelli¹
Aleksandro Eugênio Pereira²

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10n3p7-20

Recebido em: 31 de janeiro de 2022
Aprovado em: 02 de maio de 2023

RESUMO

O artigo testa a hipótese de que países tendem a apresentar um comportamento internacional mais favorável em relação aos Estados Unidos quando seus chefes de Estado tiveram contato prévio com instituições de ensino estadunidenses. Foi feito um levantamento prosopográfico dos chefes de Estado dos países que compõem o Grupo Latino-Americano e Caribenho na Organização das Nações Unidas (GRULAC-ONU), observando especificamente quais destes tiveram contato com instituições de ensino estadunidenses. Para medir o posicionamento em relação aos EUA, foi adotada como variável *proxy* os padrões de votação desses Estados na Assembleia Geral da ONU, comparados aos padrões de votação estadunidenses. Por se tratarem de duas variáveis dicotômicas, foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule para verificar a força da relação entre elas. Todas as variações do teste retornaram uma associação positiva baixa, flutuando entre 0,108 e 0,202. Os resultados forneceram evidências que corroboram com a hipótese de que o contato prévio com instituições de ensino estadunidenses por parte de chefes de Estado produz uma postura mais positiva dessas nações em relação aos EUA.

Palavras-chave: Comportamento internacional; Assembleia Geral das Nações Unidas; Socialização de chefes de Estado; Intercâmbios educacionais.

1. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Ciência Política pela mesma instituição e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Possui experiência profissional nas áreas fiscal e contábil e experiência acadêmica nas áreas de teoria das Relações Internacionais e Política Externa. Membro do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI-UFPR) e atual Editor Executivo da Revista Conjuntura Global (<https://revistas.ufpr.br/conjglobal>), seus atuais interesses de pesquisa incluem Análise de Política Externa, Soft Power, Democracia Comparada e Processos de Construção Regional. E-mail: douglashnovelli@outlook.com. ORCID: orcid.org/0000-0001-6058-5109.

2. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1994), Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1998 e 2003). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. E-mail: alexsep@uol.com.br. ORCID: orcid.org/0000-0002-9613-4702.

ABSTRACT

The paper tests the hypothesis that countries tend to present a more favorable international behavior toward the United States when their heads of state had previous contact with US educational institutions. A prosopographical survey of the heads of state of the countries that make up the Group of Latin America and Caribbean Countries (GRULAC-UN) was carried out, specifically observing which of these had contact with US educational institutions. To measure positioning in relation to the US, it was adopted as a proxy variable the voting patterns of these states in the UN General Assembly compared to the US voting patterns. Since these are two dichotomous variables, the Yule Coefficient of Association was calculated to verify the strength of the relationship between them. All variations of the test returned a low positive association, fluctuating between 0.108 and 0.202. The results provided evidence to support the hypothesis that prior contact with US educational institutions by heads of state produces a more positive attitude of these nations toward the US.

Keywords: International behavior; United Nations General Assembly; Socialization of heads of state; Educational exchanges.

RESUMEN

El artículo pone a prueba la hipótesis de que los países tienden a presentar un comportamiento internacional más favorable hacia los Estados Unidos cuando sus jefes de Estado han tenido contactos previos con instituciones educativas estadounidenses. Se realizó un estudio prosopográfico de los jefes de Estado de los países que integran el Grupo Regional de América Latina y el Caribe (GRULAC-ONU), observando específicamente cuáles de ellos han tenido contacto con instituciones educativas estadounidenses. Para medir el posicionamiento en relación con EE.UU., se adoptó como variable sustitutiva el patrón de voto de estos estados en la Asamblea General de las Naciones Unidas, comparado con el patrón de voto estadounidense. Puesto que se tratan de dos variables dicotómicas, se calculó el coeficiente de asociación de Yule para verificar la fuerza de la relación entre ellas. Todas las variaciones de la prueba arrojaron una asociación positiva baja, que fluctuó entre 0,108 y 0,202. Los resultados aportaron pruebas que corroboran la hipótesis de que el contacto previo de los jefes de Estado con las instituciones educativas estadounidenses produce una actitud más positiva de estas naciones hacia los Estados Unidos.

Palabras clave: Comportamiento internacional; Asamblea General de la Naciones Unidas; Socialización de jefes de Estado; Intercambios educativos.

1. INTRODUÇÃO

Não é nova a ideia de que os intercâmbios acadêmicos em instituições de ensino norte-americanas são um instrumento relevante para ampliar a influência dos Estados Unidos pelo mundo. Sua lógica fundamental gira em torno da ideia de socializar os valores e a cultura norte-americana em jovens que, talvez um dia, farão parte das elites governantes de seus respectivos países. Conforme expresso em um relatório de um grupo educacional norte-americano, “as milhões de pessoas que têm estudado nos Estados Unidos ao longo dos anos constituem um notável reservatório de boa vontade para o nosso país” (NAFSA, 2003, tradução nossa)³; de modo semelhante, Colin Powell (2001, tradução nossa)⁴, então Secretário de Estado dos Estados Unidos, em 2001 declarou que ele não

3. “The millions of people who have studied in the United States over the years constitute a remarkable reservoir of goodwill for our country.”

4. “I can think of no more valuable asset to our country than the friendship of future world leaders who have been educated here.”

era capaz de pensar em nenhum recurso mais valioso para os EUA do que “a amizade dos futuros líderes mundiais aqui educados”; enquanto Joseph Nye (2004, 45, tradução nossa)⁵ aponta como intercâmbios acadêmicos e científicos “desempenham um papel significativo em aumentar o *soft power* norte-americano”.

Até certo ponto, essas estratégias vêm sendo comprovadas por pesquisas empíricas, que, ao longo dos anos, têm consistentemente evidenciado como estudantes de intercâmbio tendem a retornar para seus países de origem com uma visão mais positiva do país no qual estudaram (WILSON E BONILLA, 1955; WATSON E LIPPITT, 1958; SELLTIZ ET AL., 1963; WANG, 1991; RICHMOND, 2003). Contudo, a produção de resultados políticos a nível internacional, derivados desses intercâmbios, apesar de muito especulada, ainda carece de estudos empíricos que a sustente. A presente pesquisa se volta para essa lacuna, explorando o argumento de que Estados são mais propensos a adotar um comportamento favorável aos interesses estadunidenses quando seus respectivos líderes vivenciaram períodos de socialização em instituições de ensino estadunidenses.

Para tanto, o presente artigo adota uma estrutura de cinco seções em seu desenvolvimento, iniciando com uma breve revisão teórica sobre o conceito de socialização, seguida de uma seção voltada para a apresentação dos argumentos e construção das hipóteses que serão testadas, exposição dos materiais e métodos empregados, apresentação dos resultados e, por fim, a discussão e as considerações finais, nas quais são sugeridos tópicos para uma agenda de pesquisa futura.

2. REVISÃO TEÓRICA

Desde o início do século XXI, autores como Alastair Johnston (2001) e Jeffrey Checkel (2005) vêm apontando como o conceito de socialização tem sido historicamente subutilizado no campo das Relações Internacionais, especialmente se comparado às demais ciências humanas, nas quais, com frequência, exerce posição de destaque⁶. Do ponto de vista conceitual, mesmo se forem consideradas as vertentes teóricas das RI que lhe dão alguma significância, como o Construtivismo e a Escola Inglesa, em geral o conceito de socialização ainda parece ser subteorizado e ter seus microprocessos majoritariamente ignorados. Já no que toca aos estudos empíricos, o conceito tem sido principalmente empregado por trabalhos voltados a entender como o ambiente internacional pode influenciar positivamente nos processos domésticos de democratização, seja através do papel socializador exercido pelas organizações internacionais sobre as elites políticas domésticas (PEVEHOUSE, 2002a; 2002b; 2005; BELLIN, 2012; KELLEY, 2004; DIMITROVA E PRIDHAM, 2004; GREENHILL, 2010; NOVELLI E PEREIRA, 2020); ou através do impacto causado pelo intercâmbio de oficiais estrangeiros em academias militares estadunidenses sobre o desenvolvimento de instituições democráticas em seus países de origem (COPE, 1995; MILLER, 2006; ATKINSON, 2006; 2010; RUBY E GIBLER, 2010).

Conforme apontado por Beyers (2010), socialização diz respeito ao processo pelo qual indivíduos desenvolvem uma ligação com um grupo

5. “Academic and scientific exchanges played a significant role in enhancing American soft power.”

6. Exemplos incluem a Sociologia e a Psicologia Social, com teorias sobre formação de identidade social e cumprimento das normas do grupo (TURNER, 1987; NAPIER E GERSHENFELD, 1987; CIALDINI, 1987; NISBETT E COHEN, 1996); a Ciência Política, com estudos sobre a formação de orientações políticas entre jovens e explicações para movimentos sociais (BECK E JENNINGS, 1991); e o Direito Internacional, com pesquisas sobre o papel da condenação social para assegurar o cumprimento de tratados (CHAYES E CHAYES, 1996; YOUNG, 1992; SUSSKIND, 1994; MORAVCSIK, 1995).

7. "Socialization is the generic term used to refer to the processes by which the newcomer – the infant, rookie, or trainee, for example – becomes incorporated into organized patterns of interaction."

8. "the right thing to do".

9. "Having an attitude means that you have categorized something and made a judgment of its net value or worth. It means that you are no longer neutral about the topic. That doesn't mean you can't have mixed feelings, but your view on the issue is no longer bland or without color. [...] Attitudes (and values) organize our social world. They allow us to categorize people, places, and events quickly and to figure out what's going on. They are like notebook dividers, labels to categorize a collection of favorite books, or ways to organize smartphone apps. Attitudes shape perceptions and influence judgments. If you're a Republican, you probably evaluate Republican political leaders favorably and have a negative, gut-level reaction to some Democratic politicians. And vice versa if you are a Democrat. On the other hand, if you hate politics and distrust politicians, you filter the political world through a skeptical set of lenses."

10. "Higher education is an especially powerful form of interpersonal contact because it is among the most important ways in which individuals develop political beliefs and because early adulthood is arguably the most formative period of a person's life".

social e adaptam seu comportamento para se adequar as expectativas advindas do mesmo. Nas palavras de Stryker e Statham (1985, p. 325, tradução nossa)⁷, "socialização é o termo genérico utilizado para designar os processos pelos quais o recém-chegado – seja ele o recém-nascido, o novato ou o estagiário, por exemplo – se incorpora nos padrões organizados de interação". Sua função básica é criar um senso de pertencimento social, pelo qual os entendimentos intersubjetivos dessa sociedade são internalizados e tomados como fatos (JOHNSTON, 2001). Implica que o agente socializado evolua de uma lógica de consequências para uma lógica de adequação, com suas ações sendo tomadas independentemente de qualquer estrutura de incentivos ou sanções em particular, sendo a aceitação das normas e expectativas socialmente impostas internalizadas como "a coisa certa a ser feita" (CHECKEL, 2005, p. 804, tradução nossa)⁸.

O mecanismo causal da socialização, tal qual instrumentalizado pelos estudos que tratam da socialização democrática promovida por intercâmbios acadêmicos, envolve a alteração de atitudes em relação a determinado tema ou agente, promovido graças a experiências pessoais em redes políticas criadas e controladas em torno desses temas ou por esses agentes. Assim, um conceito acessório imprescindível ao de socialização é o conceito de atitudes, que podem ser entendidas como "disposições avaliativas" (FREYBURG, 2011; COOPER, BLACKMAN, E KELLER, 2016), que são aprendidas e podem ser alteradas através da comunicação social ou de experiências pessoais diretas, podendo envolver tanto componentes afetivos (baseados em emoções) quanto cognitivos (baseados em crenças). Nas palavras de Perloff (2017, 89–90, tradução nossa)⁹:

Ter uma atitude significa que você classificou algo e fez um julgamento do seu valor. Significa que você já não é neutro em relação ao tema. Isso não significa que não possa ter sentimentos mistos, mas a sua opinião sobre o assunto já não é neutra ou isenta de cor. [...] Atitudes (e valores) organizam o nosso mundo social. Elas nos permitem categorizar pessoas, lugares e eventos rapidamente e descobrir o que está acontecendo. São como marca páginas, etiquetas para categorizar uma coleção de livros favoritos, ou formas de organizar aplicativos para smartphones. As atitudes moldam as percepções e influenciam os julgamentos. Se você é republicano, provavelmente avalia os líderes políticos republicanos favoravelmente e tem uma reação negativa, ao nível do instinto, a alguns políticos democratas. E vice-versa, se for um democrata. Por outro lado, se odeia a política e desconfia dos políticos, filtra o mundo político através de um conjunto de lentes céticas.

Assim, conforme resumido por Lomer (2017), o argumento central, empregado por trabalhos que analisam o potencial socializador de intercâmbios acadêmicos, gira em torno da concepção de que estudantes internacionais tendem a alterar suas atitudes e se identificar com o país receptor como um resultado de experiências positivas no processo de socialização. O intercâmbio acadêmico em instituições de ensino superior seria particularmente efetivo ao promover a socialização desses estudantes, pois, conforme apontam Gift e Krcmaric (2017, p. 5, tradução nossa)¹⁰, "o ensino superior [...] está entre os meios mais importantes através dos quais os indivíduos desenvolvem crenças políticas", sendo "o início da idade adulta [...] o período mais formativo da vida de uma pessoa". Ademais, como apontam autores como Anna Wojciuka, Maciej Michałek e Marta Stormowskac (2015), atualmente a educação parece ser "um valor universal", com aspec-

tos como sua qualidade e alcance sendo apreciados independentemente da cultura e do país, ao passo que é individualmente valorizada como condição para a prosperidade econômica – tornando-se assim um veículo ideal para “ganhar corações e mentes” (NYE, 2008). Destarte, tal qual intercâmbios acadêmicos apresentam o potencial para estimular a socialização democrática ao alterar as atitudes dos participantes em relação a democracia, graças à promoção de experiências pessoais em redes políticas criadas e controladas por democracias estabelecidas (FREYBURG, 2011), é possível que esse mecanismo também possa gerar nos participantes atitudes positivas duradouras em relação aos Estados receptores, que podem vir a se converter em ganhos políticos para esses Estados caso esses estudantes um dia ocupem posições políticas com poder decisório em seus países de origem. O presente artigo explora essa ideia, focando especificamente em chefes de Estado que tiveram contato com instituições de ensino norte-americanas.

3. CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES TESTÁVEIS

O artigo testa o argumento base de que um Estado é mais propenso a adotar um comportamento internacional favorável aos EUA quando seu atual chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino estadunidenses. Isto posto, definir parâmetros para o que pode ser considerado um comportamento internacional favorável aos EUA é uma problemática de difícil resolução, tendo em vista a natureza multidimensional das relações internacionais. Contudo, a literatura tem demonstrado que existem fortes evidências de que o governo norte-americano atribui importância real aos resultados das votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), exercendo pressão política sobre seus pares com o objetivo de assegurar resultados que lhe sejam favoráveis (DREHER, NUNNENKAMP, E THIELE, 2008; ANDERSEN, HARR, E TARP, 2006; BENNIS, 1997; THACKER, 1999). Nas palavras de Bailey, Strezhnev e Voeten (2015, 2, tradução nossa)¹¹, “as votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) tornaram-se a fonte de dados normalizada para a construção de medidas de preferências estatais, uma vez que são ações comparáveis e observáveis tomadas pelos países em determinados momentos”. Assim, os padrões de votação na AGNU podem ser efetivamente aplicados como uma variável *proxy*¹² para medir o comportamento internacional de outros Estados em relação aos EUA, pois, ainda que não contemplem totalmente a complexidade das relações que podem ser estabelecidas entre estes Estados, esses padrões de voto fornecem sólidos indícios sobre o posicionamento geral de seus atores.

Baseado nesses argumentos, derivamos a primeira hipótese da pesquisa:

H₁: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Um fator relevante que também precisa ser levado em consideração é a ampla variedade de pautas que se tornam objeto de votações na AGNU. Como apontam Dreher, Nunnenkamp e Thiele (2008), é provável que nem todos os votos sejam de importância para o governo norte-ame-

11. “Votes in the United Nations General Assembly (UNGA) have become the standard data source for constructing measures of state preferences, as they are comparable and observable actions taken by many countries at set points in time.”

12. Uma variável proxy (ou variável substituta) refere-se a uma variável que não é diretamente relevante para o objeto de estudo, mas que é utilizada em substituição a uma variável não observável ou de difícil mensuração, com a qual a literatura indica haver uma correlação próxima. No caso, os padrões de voto na AGNU serão utilizados para substituir o posicionamento internacional de outros Estados em relação aos EUA, variável essa de difícil mensuração.

13. "votes on issues which directly affected important United States interests and on which the United States lobbied extensively"

ricano, de forma que restringir a análise apenas as votações que abordem pautas importantes pode acabar gerando resultados mais significativos. Embora rotular as votações como importantes ou não seja um processo altamente subjetivo, esse desafio pode ser solucionado ao utilizar a própria categorização empregada pelo Departamento de Estado norte-americano, que desde 1983 indica quais foram as "votações sobre questões que afetaram diretamente interesses importantes dos Estados Unidos e em relação às quais os Estados Unidos fizeram um amplo lobby" (US PUBLIC LAW 101-246, *apud* UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2018, tradução nossa)¹³. Assim, a segunda hipótese deriva-se de uma variação direta da primeira, limitando a análise exclusivamente aos votos codificados como importantes pelo governo dos EUA.

H₂: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.

Ademais, ao trabalhar com os votos da AGNU, ainda é relevante considerar os padrões históricos de aliança que neles podem ser observados. Ao longo das décadas, pesquisadores tem demonstrado como os Estados do ocidente mantêm um padrão de votos coeso e próximo entre si, sobretudo nos casos nos quais existem alianças formais entre esses atores, como a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (KIM E RUSSETT, 1996; CAMPBELL, 1971; POTRAFKE, 2009; HOLLOWAY, 2009). Assim, é razoável supor a possibilidade de que países governados por chefes de Estado que tenham passado por um período de socialização acadêmica em Estados aliados aos EUA, aqui recortados como os membros da OTAN, também apresentem um padrão de votos mais alinhado aos interesses norte-americanos. Dessa ideia, derivam as hipóteses finais que serão testadas:

H₃: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

H₄: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. MÉTODOS DE COLETA E DESCRIÇÃO DOS DADOS

A pesquisa recorreu a duas bases de dados distintas, derivando suas conclusões a partir da confrontação de ambas.

Em primeiro lugar, para medir o posicionamento de cada um dos Estados analisados em relação aos EUA, foi adotada como variável *proxy* os padrões de votação desses Estados na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), comparados aos padrões de votação estadunidenses. Para tanto, foi utilizada a base de dados já compilada por Bailey, Strezhnev e Voeten (2009), disponível como parte do projeto *Harvard Dataverse*¹⁴.

14. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7910/DVN/LEJUQZ>>.

De início, foi necessário aplicar dois recortes, um com relação aos Estados que seriam observados e outro com relação ao recorte temporal que seria considerado pela pesquisa. No que toca ao primeiro recorte, foi feita a opção pelos Estados que compõem o Grupo Latino-Americano e Caribenho na Organização das Nações Unidas (GRULAC-ONU)¹⁵, escolha que se deu tendo em vista a proximidade geográfica com os Estados Unidos. Ao menos em teoria, essa proximidade amplia as chances de localizar políticos que tenham tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas antes de assumirem os cargos de chefe de Estado em seus respectivos países, possibilitando assim que a análise seja feita com base em um número razoável de notações heterogêneas. Já no que toca ao recorte temporal da pesquisa, optou-se por iniciar a análise imediatamente após o fim da Guerra Fria, em dezembro de 1991, se estendendo até o ponto no qual os dados haviam sido compilados, em dezembro de 2017.

Ao todo, existem quatro possibilidades de voto que os Estados podem tomar em cada votação: sim; não; abstenção; e ausência. Seguindo o padrão utilizado por autores como Kegley e Hook (1991), foram descartadas ocorrências nas quais os EUA, ou o Estado ao qual sua votação era comparada, se abstiveram ou estavam ausentes. Do mesmo modo, seguindo Dreher e Sturm (2006), foram excluídos os casos de votação por consenso, nos quais todos os Estados analisados votaram da mesma forma. Os votos dos EUA foram então individualmente comparados com aqueles feitos pelos Estados do GRULAC, notando como 1 os votos iguais (entre os EUA e determinado Estado em dada votação) e 0 para os votos destoantes. Seguindo essas regras de recorte e tratamento, foram totalizadas 32.461 notações individuais ao longo de todo o *corpus*, coletadas em 1.180 votações.

Por sua vez, a segunda base de dados foi compilada especificamente para a execução da presente pesquisa. A base em questão foi desenvolvida através de um levantamento prosopográfico dos chefes de Estado que estiveram à frente dos países que compõem o GRULAC no período analisado, se limitando a observar quais destes tiveram contato com instituições de ensino superior ou militares estadunidenses, seja na qualidade de discentes ou como docentes. Ao todo, foram coletados dados de 189 políticos, dos quais 62 (32,8%) haviam tido contato com instituições de ensino norte-americanas e 39 (20,6%) haviam tido contato com instituições de ensino de outros Estados membros da OTAN.

4.2. MÉTODOS DE ANÁLISE

Por se tratarem de duas variáveis dicotômicas, foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule (Q_{xy}) para verificar a força da relação entre elas. Conforme exposto por Cervi (2019, p. 36), “o teste de independência Q_{xy} serve para identificar se: i) duas variáveis dicotômicas estão relacionadas entre si; ii) de quanto é a intensidade da relação; e, iii) se os resultados podem ser usados em generalizações para toda a população quando se está testando a associação em amostras”. Ainda de acordo com o autor, o coeficiente de associação Q_{xy} apresenta dois postulados base: (1) deve ser igual a zero quando as variáveis X e Y forem independentes; e (2) deve

15. Os Estados membros do GRULAC são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

ser de, no máximo, +1,00, no caso de associações positivas, e de -1,00, no caso de associações negativas (CERVI, 2019, p. 40).

A fórmula para a aplicação do Q de Yule é a seguinte (YULE E KENDALL, 1937):

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)}$$

Onde, em uma tabela quádrupla usada para representar as possíveis combinações existentes entre as duas variáveis dicotômicas, temos:

TABELA 1 – INTERVALOS DE VALORES PARA COEFICIENTE Q_{xy}

	<i>Não-Y</i>	<i>Y</i>	<i>Total</i>
<i>X</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	Marginal X
<i>Não-X</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	Marginal Não-X
<i>Total</i>	Marginal Não-Y	Marginal Y	Total de Casos (N)

FONTE: Cervi (2019).

Partindo ainda dos postulados básicos do Coeficiente de Yule, Davis (1976) sugere a forma adequada de interpretar os valores de Q_{xy} , organizados por grau de intensidade conforme exposto na Tabela 2.

TABELA 2 – INTERVALOS DE VALORES PARA COEFICIENTE Q_{xy}

Valor de Q_{xy}	Leitura
+0,7 ou mais	Associação positiva muito forte;
+0,5 a +0,69	Associação positiva forte;
+0,3 a +0,49	Associação positiva moderada;
+0,1 a +0,29	Associação positiva baixa;
+0,01 a +0,09	Associação positiva desprezível;
0	Associação inexistente;
-0,01 a -0,09	Associação negativa desprezível;
-0,1 a -0,29	Associação negativa baixa;
-0,3 a -0,49	Associação negativa moderada;
-0,5 a -0,69	Associação negativa forte; e
-0,7 ou mais	Associação negativa muito forte.

FONTE: Davis (1976, p. 70).

Apresentado o método de análise que foi empregado, passa-se agora para a apresentação dos resultados, onde foi calculado o Coeficiente de Associação de Yule para cada uma das quatro hipóteses testadas.

5. RESULTADOS

Considerando que o presente artigo busca verificar a validade de quatro hipóteses distintas, foi feita a opção metodológica de testar cada

uma dessas hipóteses individualmente¹⁶, buscando o Coeficiente de Associação de Yule referente a cada uma delas. Assim, sendo a primeira hipótese

16. Em todas as hipóteses o valor-p retornou resultados inferiores a 0,001, refutando a hipótese nula.

H_1 : *Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.*

Temos:

TABELA 3 – TABELA QUÁDRUPLA PARA A HIPÓTESE 1

	Não-Y	Y	Total
X	1.108	750	1.858 (5,72%)
Não-X	20.995	9.608	30.603 (94,28%)
Total	22.103 (68,09%)	10.358 (31,91%)	32.461

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = *Votou com os EUA em determinada votação;* e

Y = *O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.*

Aplicando a fórmula do Q_{xy} :

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(750 \times 20.995) - (1.108 \times 9.608)}{(750 \times 20.995) + (1.108 \times 9.608)} = \frac{5.100.586}{26.391.914} = +0,193$$

Aplicando o mesmo teste nas demais hipóteses levantadas pela pesquisa, os resultados foram os seguintes:

H_2 : *Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.*

TABELA 4 – TABELA QUÁDRUPLA PARA A HIPÓTESE 2

	Não-Y	Y	Total
X	782	510	1.292 (24,78%)
Não-X	2.736	1.185	3.921 (75,22%)
Total	3.518 (67,49%)	1.695 (32,51%)	5.213

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = *Votou com os EUA em determinada votação indicada como importante pelo governo norte-americano;* e

Y = *O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas.*

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(510 \times 2.736) - (782 \times 1.185)}{(510 \times 2.736) + (782 \times 1.185)} = \frac{468.690}{2.322.030} = +0,202$$

H_3 : *Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU*

quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

TABELA 5 – TABELA QUÁDRUPLO PARA A HIPÓTESE 3

	Não-Y	Y	Total
X	751	1.107	1.858 (5,72%)
Não-X	13.992	16.611	30.603 (94,28%)
Total	14.743 (45,42%)	17.718 (54,58%)	32.461

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = *Votou com os EUA em determinada votação*; e

Y = *O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas ou de outros membros da OTAN.*

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(1.107 \times 13.992) - (751 \times 16.611)}{(1.107 \times 13.992) + (751 \times 16.611)} = \frac{3.014.283}{27.964.005} = +0,108$$

H₄: Um Estado é mais propenso a votar junto com EUA na AGNU, em pautas consideradas importantes pelo governo norte-americano, quando seu chefe de Estado teve contato prévio com instituições de ensino norte-americanas, ou de outros membros da OTAN.

TABELA 6 – TABELA QUÁDRUPLO PARA A HIPÓTESE 4

	Não-Y	Y	Total
X	535	757	1.292 (24,78%)
Não-X	1.835	2.086	3.921 (75,22%)
Total	2.370 (45,46%)	2.843 (54,54%)	5.213

FONTE: Dados da pesquisa.

Onde:

X = *Votou com os EUA em determinada votação indicada como importante pelo governo norte-americano*; e

Y = *O chefe de Estado daquele país, durante aquela votação, havia tido contato prévio com instituições de ensino norte-americanas ou de outros membros da OTAN.*

$$Q_{xy} = \frac{(B \times C) - (A \times D)}{(B \times C) + (A \times D)} = \frac{(757 \times 1.835) - (535 \times 2.086)}{(757 \times 1.835) + (535 \times 2.086)} = \frac{273.085}{2.505.105} = +0,109$$

6. DISCUSSÃO

Retomando os postulados de Davis (1976) sobre a interpretação adequada para os valores de Q_{xy} , temos que todas as variações do teste retornaram resultados flutuando entre +0,108 e +0,202, caindo dentro do intervalo considerado pelo autor como “associações positivas baixas”. A

Tabela 7 resume os resultados do teste Q_{xy} em todas as hipóteses testadas, diferenciando-as com base nas alterações das variáveis x e y.

TABELA 7 – RESUMO DOS COEFICIENTES Q_{xy} NAS HIPÓTESES TESTADAS

	Votou com os EUA em determinada votação	Votou com os EUA em determinada votação importante
Teve contato com instituições de ensino estadunidenses	+0,193 (H1)	+0,202 (H2)
Teve contato com instituições de ensino estadunidenses ou de outros membros da OTAN	+0,108 (H3)	+0,109 (H4)

FONTE: Dados da pesquisa.

A alteração na variável x, presente nas hipóteses 2 e 4, que considera apenas as votações indicadas como importantes pelo governo estadunidense, representou um aumento no coeficiente de associação de Yule se comparado às suas contrapartes nas hipóteses 1 e 3, que consideram as votações em sua totalidade. Tal aumento, contudo, foi marginal (de +0,193 para +0,202; e de +0,108 para +0,109), estando de acordo com estudos produzidos por outros autores que há anos indicam que o recorte exclusivo sobre as votações consideradas importantes pelos EUA não produz alterações significativas nos resultados das pesquisas (CHARLES W. KEGLEY JR. E MCGOWAN, 1981; WITTKOPF, 1973).

Por outro lado, ao alterar a variável y, considerando também os chefes de Estado que tiveram contato com instituições de ensino de países aliados aos EUA (aqui recortados como os Estados membros da OTAN), os coeficientes Q_{xy} sofreram uma queda digna de nota (de +0,193 para +0,108; e de +0,202 para +0,109), o que vai na direção de invalidar o argumento de que a socialização acadêmica em países aliados também produziria alterações positivas nas atitudes desses chefes de Estado com relação aos EUA. Isso reforça a ideia de que a teoria pode ter algum fundamento, mas exclusivamente quando consideramos o contato com instituições de ensino estadunidenses.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados forneceram evidências que corroboram com a hipótese de que o contato prévio com instituições de ensino norte-americanas por parte de chefes de Estado produz uma postura mais positiva dessas nações em relação aos EUA. Apesar do impacto ser baixo, é relevante notar que o mesmo é produzido por políticas que custam relativamente muito pouco aos cofres públicos norte-americanos, apresentando uma excelente relação custo-benefício se comparada a outras políticas destinadas a ampliar a influência internacional dos EUA, como ajuda financeira internacional e gastos na indústria militar. Naturalmente, esses resultados são apenas o primeiro passo para verificar se a teoria se sustenta e mensurar os impactos reais que programas de intercâmbio destinados a futuros líderes exercem sobre o comportamento internacional de outros Estados.

Alguns dos principais desafios encontrados no presente artigo

dizem respeito as próprias limitações do desenho de pesquisa empregado. Apesar de apresentar a vantagem de ser estatisticamente testável em grande escala – razão pela qual este desenho de pesquisa foi escolhido –, este cai nos mesmos impasses já notados em pesquisas semelhantes, notavelmente: não ser capaz de mensurar a profundidade e extensão das interações sociais entre os estudantes e a população local (ATKINSON, 2010); desconsiderar fatores como se o aluno recebeu uma bolsa ou pagou seus próprios estudos, além da possibilidade de ter tido experiências desapontadoras ou mesmo solitárias (LOMER, 2017); e não ser capaz de fatorar as chances da exposição prolongada a cultura e sociedade norte-americanas acabarem por destacar os aspectos negativos das mesmas, produzindo uma duradoura animosidade em relação ao país (FREYBURG, 2015).

Em termos objetivos, os resultados apresentados comprovam que os Estados-membros do GRULAC, no período entre o fim da Guerra Fria e dezembro de 2017, foram mais propensos a votar junto com os EUA na AGNU quando governados por um chefe de Estado que havia tido contato com instituições de ensino norte-americanas no passado. Apesar da generalização ser especulável em termos teóricos, esses resultados carecem de confirmação para quaisquer casos que fujam ao que foi empiricamente testado. Assim, uma agenda de pesquisa futura nesse tema deve envolver a expansão do teste aqui executado, verificando sua validade em Estados que não fazem parte da região da América Latina e Caribe, além de procurar incluir as variáveis aqui apresentadas em modelos estatísticos mais completos voltados a entender os padrões de votação dos Estados na AGNU.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, T. B.; HARR, T.; TARP, F. On US politics and IMF lending. *European Economic Review*, v. 50, n. 7, p. 1843–1862, 2006.
- ATKINSON, C. Constructivist Implications of Material Power: Military Engagement and the Socialization of States 1972–2000. *International Studies Quarterly*, v. 50, p. 509–537, 2006.
- ATKINSON, C. Does Soft Power Matter? A Comparative Analysis of Student Exchange Programs 1980–2006. *Foreign Policy Analysis*, v. 6, n. 1, p. 1–22, 2010.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. United Nations General Assembly Voting Data. *Harvard Database*, v. 18, 2009.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. *Estimating Dynamic State Preferences from United Nations Voting Data*. p. 1–27, 2015.
- BECK, P. A.; JENNINGS, M. K. Family Traditions, Political Periods, and the Development of Partisan Orientations. *Journal of Politics*, v. 53, p. 742–763, 1991.
- BELLIN, E. Reconsidering the Robustness of Authoritarianism in the Middle East. *Comparative Politic*, v. 44, n. 2, p. 127–149, 2012.
- BENNIS, P. The United Nations and Palestine: partition and its aftermath—UN stance on Palestine’s displacement by creation of Israel. *Arab Studies Quarterly*, v. 19, n. 3, p. 47–77, 1997.
- BEYERS, J. Conceptual and methodological challenges in the study of European socialization. *Journal of European Public Policy*, v. 17, n. 6, p. 909–920, 2010.
- CAMPBELL, A. K. UN Voting and Alliance Cohesion. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 1, n. 2, p. 4–16, 1971.
- CERVI, E. U. *Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política - Volume 2*. Curitiba: CPOP, 2019.

- CHAYES, A.; CHAYES, A. H. **The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements.** Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- CHECKEL, J. T. International institutions and socialization in Europe: Introduction and framework. **International Organization**, v. 59, n. 4, p. 801–826, 2005.
- CIALDINI, R. Compliance Principles of Compliance Professionals: Psychologists of Necessity. In: ZANNA, M. P.; OLSON, J. M.; HERMAN, C. P. (Eds.). **Social Influence: The Ontario Symposium**, vol. 5. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1987. p. 165–184.
- COOPER, J.; BLACKMAN, S. F.; KELLER, K. T. **The science of attitudes.** New York: Routledge, 2016.
- COPE, J. A. **International Military Education and Training: An Assessment.** Washington, DC: National Defense University, Institute for National Strategic Studies, 1995.
- DAVIS, J. A. **Levantamento de Dados em Sociologia: uma análise estatística elementar.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- DIMITROVA, A.; PRIDHAM, G. International actors and democracy promotion in central and eastern Europe: the integration model and its limits. **Democratization**, v. 11, n. 5, p. 91–112, 2004.
- DREHER, A.; NUNNENKAMP, P.; THIELE, R. Does US aid buy UN general assembly votes? A disaggregated analysis. **Public Choice**, v. 136, n. 1–2, p. 139–164, 2008.
- DREHER, A.; STURM, J. E. Do IMF and World Bank Influence Voting in the UN General Assembly? Thurgau Institute of Economics. **Foreign Affairs**, n. December 2004, p. 1–40, 2006.
- FREYBURG, T. Transgovernmental networks as catalysts for democratic change? eu functional cooperation with arab authoritarian regimes and socialization of involved state officials into democratic governance. **Democratization**, v. 18, n. 4, p. 1001–1025, 2011.
- FREYBURG, T. Transgovernmental Networks as an Apprenticeship in Democracy? Socialization into Democratic Governance through Cross-national Activities. **International Studies Quarterly**, v. 59, n. 1, p. 59–72, 2015.
- GIFT, T.; KRČMARIC, D. Who Democratizes? Western-educated Leaders and Regime Transitions. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 3, p. 671–701, 2017.
- GREENHILL, B. The Company You Keep: International Socialization and the Diffusion of Human Rights Norms. **International Studies Quarterly**, v. 54, p. 127–145, 2010.
- HOLLOWAY, S. Forty Years of United Nations General Assembly Voting. **Canadian Journal of Political Science**, v. 23, n. 02, p. 279, 2009.
- JOHNSTON, A. I. Treating international institutions as social environments. **International Studies Quarterly**, v. 45, n. 4, p. 487–515, 2001.
- KEGLEY JR., C. W.; HOOK, S. J. U.S. foreign aid and U.N. voting: did Reagan’s linkage strategy buy defence or defiance? **International Studies Quarterly**, n. 35, p. 295–312, 1991.
- KEGLEY JR., C. W.; MCGOWAN, P. J. **The Political Economy of Foreign Policy.** Beverly Hills: SAGE Publications, 1981.
- KELLEY, J. International Actors on the Domestic Scene: Membership Conditionality and Socialization by International Institutions. **International Organization**, v. 58, n. 3, p. 425–457, 2004.
- KIM, S. Y.; RUSSETT, B. The new politics of voting alignments in the United Nations General Assembly. **International Organization**, v. 50, n. 04, p. 629, 1996.
- LOMER, S. Soft power as a policy rationale for international education in the UK: a critical analysis. **Higher Education**, v. 74, n. 4, p. 581–598, 2017.
- MILLER, A. H. **Promoting Democratic Values in Transitional Societies through Foreign Aid.** Midwest Political Science Association Annual Meeting. Chicago: 2006
- MORAVCSIK, A. Explaining International Human Rights Regimes: Liberal Theory and Western Europe. **European Journal of International Relations**1, v. 1, p. 157–190, 1995.
- NAFSA. **In America’s Interest: Welcoming International Students**, 2003. Disponível em: <https://www.nafsa.org/sites/default/files/ektron/uploadedFiles/NAFSA_Home/Resource_Library_Assets/Public_Policy/in_america_s_interest.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020
- NAPIER, R. W.; GERSHENFELD, M. K. **Groups: Theory and Experience.** 4th Ed. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1987.
- NISBETT, R. E.; COHEN, D. **Culture of Honor: The Psychology of Violence in the South.**

Boulder: Westview Press, 1996.

NOVELLI, D. H.; PEREIRA, A. E. The Role of International Institutions in Promoting Democracy: a Brief Literature Review of Recent Studies (2010-2019). **Mural Internacional**, v. 11, 2020.

NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Cambridge: Public Affairs, 2004.

NYE, J. S. Public diplomacy and soft power. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 94–109, 2008.

PERLOFF, R. M. **The Dynamics of Persuasion - Communication and Attitudes in the 21st Century**. 6th Edition ed. New York: Routledge, 2017.

PEVEHOUSE, J. C. Democracy from the Outside-In? International Organizations and Democratization. **International Organization**, v. 56, n. 3, p. 515–549, 2002a.

PEVEHOUSE, J. C. With a Little Help from My Friends? Regional Organizations and the Consolidation of Democracy. **American Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p. 611–626, 2002b.

PEVEHOUSE, J. C. **Democracy from Above - Regional Organizations and Democratization**. New York: Cambridge University Press, 2005.

POTRAFKE, N. Does government ideology influence political alignment with the U . S .? An empirical analysis of voting in the UN General Assembly. **Review of International Organizations**, v. 4, p. 245–268, 2009.

POWELL, C. L. **Statement on International Education Week 2001**, 2001. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/4462.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2020

RICHMOND, Y. **Cultural Exchange and the Cold War: Raising the Iron Curtain**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2003.

RUBY, T. Z.; GIBLER, D. US professional military education and democratization abroad. **European Journal of International Relations**, v. 16, n. 3, p. 339–364, 2010.

SELLTIZ, C. *et al.* **Attitudes and Social Relations of Foreign Students in the United States**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1963.

STRYKER, S.; STATHAM, A. Symbolic Interaction and Role Theory. *In*: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (Eds.). **The Handbook of Social Psychology**. New York: Random House, 1985. p. 311–378.

SUSSKIND, L. **Environmental Diplomacy: Negotiating More Effective Global Agreements**. London: Oxford University Press, 1994.

THACKER, S. C. The high politics of IMF lending. **World Politics**, n. 52, p. 38–75, 1999.

TURNER, J. C. **Rediscovering the Social Group**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE (2018). **Voting Practices in the United Nations 2017 - Report to Congress Submitted Pursuant to Public Laws 101-246 and 108-447**. Disponível em: <<https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/05/Voting-Practices-in-the-United-Nations-2017.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

WANG, X.-L. Cultural Mediators or Marginal Persons? **Geographical Review**, v. 81, p. 292–303, 1991.

WATSON, J.; LIPPITT, R. Cross-Cultural Experience as a Source of Attitude Change. **Journal of Conflict Resolution**, v. 2, p. 61–66, 1958.

WILSON, E. C.; BONILLA, F. Evaluating Exchange of Persons Programs. **The Public Opinion Quarterly**, v. 19, n. 20–30, 1955.

WITTKOPF, E. R. Foreign Aid and United Nations Votes: A Comparative Study. **American Political Science Review**, v. 67, n. 03, p. 868–888, 1973.

WOJCIUK, A.; MICHAŁEK, M.; STORMOWSKA, M. Education as a source and tool of soft power in international relations. **European Political Science**, v. 14, n. 3, p. 298–317, 2015.

YOUNG, O. The Effectiveness of International Institutions: Hard Cases and Critical Variables. *In*: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (Eds.). **Governance Without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 160–194.

YULE, G. U.; KENDALL, M. G. **An introduction to the theory of statistics**. London: Charles Griffin, 1937.